

## Educação do Campo e Psicologia: possibilidades e limites de diálogos comprometidos com a luta por direitos

 Maria Isabel Antunes-Rocha<sup>1</sup>,  Marcelo Loures dos Santos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Departamento de Ciências Aplicadas à Educação. Avenida Antônio Carlos, 6.627, Pampulha. Belo Horizonte - MG. Brasil. <sup>2</sup> Departamento de Educação. Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: isabelantunes@ufmg.br*

**RESUMO.** A Psicologia como ciência vincula-se a cada tempo/espaço em que produz e reproduz suas referências teóricas e práticas. Nesse sentido, pode-se dizer que sua presença na discussão sobre a oferta escolar para os povos camponeses traz as marcas da disputa entre os projetos de escola, de campo e de sociedade em cada período histórico. O objetivo deste artigo é identificar e discutir as produções acadêmicas que articulam a Psicologia com a Educação Rural e com a Educação do Campo. Para o desenvolvimento do trabalho, buscou-se referências em artigos publicados na plataforma SciELO e na base de dissertações e teses da CAPES. Na sistematização e análise do material, observa-se que, entre outros resultados obtidos, os psicólogos vêm se preocupando em adaptar e/ou recriar teorias para dialogar com as questões educacionais no campo, e que, na atualidade, os sujeitos camponeses têm assumido a autoria da produção de pesquisas, sinalizando para um protagonismo na produção do conhecimento sobre suas vidas. Como conclusão, considerou-se que os dados obtidos sinalizam a presença do diálogo com marcos teóricos considerados como críticos na Psicologia, além da emergência de novas possibilidades teóricas, como a formulação da perspectiva das Representações Sociais em Movimento.

**Palavras-chave:** educação rural, educação do campo, psicologia, psicologia da educação, representações sociais em movimento.

## **Countryside Education and Psychology: possibilities and limitations of dialogs engaged in the fight for rights**

**ABSTRACT.** Psychology, as a science, is linked to each time/place where it produces and reproduces its theoretical and practical references. In that sense, it can be said that its presence in the discussion about providing schools to peasant populations carries the marks of the dispute between the projects of school, countryside and society in each period of history. This article is an effort to identify and discuss the academic productions that articulate Psychology with Countryside Education and Rural Education. For the development of the research, references were sought in papers from the SciELO platform and the database of CAPES' dissertations and theses. During the stage of systematization and analysis of the material, it can be observed that, among other results obtained, Psychologists have been concerned with adapting and/or recreating theories to interact with educational issues in the countryside, and that, these days, peasant individuals have taken over the authorship of the research produced, playing a leading role in the production of knowledge about their lives. As a conclusion, the data obtained seem to point to the presence of the interaction with theoretical frameworks considered as critical in Psychology, as well as the emergence of new theoretical possibilities such as the formulation of the perspective of Social Representations in Motion.

**Keywords:** rural education, countryside education, psychology, educational psychology, social representations in motion.

## Educación del campo y psicología: posibilidades y límites de los diálogos comprometidos con la lucha por los derechos

**RESUMEN.** La psicología como ciencia está ligada a cada tiempo/espacio donde produce y reproduce sus referentes teóricos y prácticos. En este sentido, se puede decir que su presencia en la discusión sobre la oferta escolar para los pueblos campesinos trae las marcas de la disputa entre los proyectos escuela, campo y sociedad en cada período histórico. El objetivo de este artículo es identificar y discutir las producciones académicas que articulan la Psicología con la Educación Rural y la Educación del Campo. Para el desarrollo del trabajo se buscaron referencias en artículos publicados en la plataforma SciELO y en la base de datos CAPES de disertaciones y tesis. En la sistematización y análisis del material, se observa que, entre otros resultados obtenidos, los psicólogos se han preocupado por adaptar y/o recrear teorías para dialogar con temas educativos en el campo; y que en la actualidad los sujetos campesinos han asumido la autoría en la producción de investigación, señalando un rol protagónico en la producción de conocimiento sobre sus vidas. Como conclusión, se consideró que los datos obtenidos señalan la presencia de diálogo con marcos teóricos considerados críticos en Psicología, así como el surgimiento de nuevas posibilidades teóricas como la formulación de la perspectiva de Representaciones Sociales en Movimiento.

**Palabras clave:** educación rural, educación del campo, psicología, psicología educacional, representaciones sociales en movimiento.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo identificar e discutir como os referenciais teóricos produzidos no âmbito da Psicologia têm sido apropriados na Educação do Campo, tendo como foco os trabalhos que estão sendo produzidos a partir da perspectiva das Representações Sociais em Movimento (RSM). A Educação do Campo vem se construindo nos últimos vinte e cinco anos no Brasil como um movimento de luta, conquistas de marcos legais e desenvolvimento de práticas. Essa trajetória está ancorada em três princípios: o protagonismo dos sujeitos camponeses e seus contextos, a luta por uma educação como direito e o compromisso com um projeto de escola vinculado a um projeto de campo e de sociedade numa perspectiva emancipatória.

Como movimento de luta, é possível visualizar a rede de núcleos, fóruns, conselhos e comissões de âmbito local e regional que se articulam por meio do Fórum Nacional da Educação do Campo (FONEC). A conquista de marcos legais é, sem dúvida, um dos resultados da mobilização desse conjunto de pessoas, organizações sociais e instituições. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

(PROCAMPO) e o Programa Escola da Terra são o resultado da mobilização da Educação do Campo como movimento de luta. Vale ressaltar a produção de conhecimentos desenvolvida nos núcleos acadêmicos vinculados ao movimento como uma das práticas que contribuem para o fortalecimento teórico, conceitual e metodológico dos princípios, criando possibilidades para que a Educação do Campo também possa ser definida como um referencial analítico (Molina, Antunes-Rocha & Martins, 2019).

Ocorre que a Educação do Campo estabelece diálogos com diferentes referenciais teóricos, por exemplo, a Pedagogia Histórico-crítica e o Materialismo Histórico-dialético, além de várias áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Economia e a Agroecologia, para citar algumas. Nesse cenário, a pergunta que se coloca neste texto é como tem se dado o diálogo entre a Educação do Campo e a Psicologia. Os referenciais teóricos que orientam a Psicologia se apresentam de forma ainda mais diversificada do que a Educação do Campo, a ponto de Bock (2002) considerar mais adequada a denominação “Psicologias”. Por vezes, esses marcos teóricos partem não apenas de princípios diferentes, mas excludentes entre si em muitas situações, o que pode

ser compreendido por suas inserções históricas no Brasil a partir do final do século XIX, momento de tensões econômicas, políticas, sociais e culturais no meio rural e urbano. A literatura especializada revela que as práticas dos psicólogos, desde então, priorizaram as questões do meio urbano, e somente após 1970 emergiram trabalhos teóricos e práticos com a população rural (Leite & Dimenstein, 2013). Se essa afirmação está coerente com as áreas de atuação como a da saúde mental nas empresas e na educação de modo amplo, o mesmo não pode ser generalizado quando se trata da Educação Rural.

Isso ocorre porque a Psicologia se faz presente na área educacional no meio rural desde o início do século XX. Aqui se pode citar Helena Antipoff (1992) e Manoel Bergström Lourenço Filho (1953), educadores atuantes no Movimento Ruralismo Pedagógico. Com os limites temporais, espaciais, conceituais e políticos do seu tempo, esses psicólogos (assim passaram a ser denominados pela literatura especializada) apontaram possibilidades para uma atuação no campo psicológico que não se restringia somente ao uso de testes. Mesmo se valendo desse procedimento, buscaram na realidade brasileira os elementos para criar testes apropriados à cultura local.

Observa-se um hiato entre 1940 e 1980 de registros sobre a atuação de psicólogos no contexto educacional campesino, mas sabe-se que nesse período a Educação Rural passou pelo que Paraíso (1996) denomina de “campo do silêncio”. Após a promulgação do Decreto-lei nº 8.529 - Lei Orgânica do Ensino Primário (1946), a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental para a população rural passou à responsabilidade dos municípios. A partir daí, estruturou-se uma oferta escolar marcada pela precariedade física e pedagógica. A oferta escolar para os povos campestinos só retorna ao debate na década de 1980 com as lutas pelo retorno ao estado democrático de direito. A implantação de programas de desenvolvimento rural integrado destinados à população campesina permitiu o contato com sua realidade, emergindo, assim, os primeiros questionamentos (Antunes-Rocha, 2012).

Nessa caminhada, emergiu o Movimento da Educação do Campo. Os sujeitos em luta pela terra começaram a denunciar as dificuldades em acessar uma escola para seus filhos; quando conseguiam, deparavam-se com a precariedade. Foi pela compreensão de que essa situação não era pela ausência de políticas públicas, e sim resultado da intencionalidade daquelas que já existiam,

que os sujeitos do campo provocaram educadores, universidades e órgãos do governo para um debate sobre o assunto (Kolling, Nery & Molina, 1999). Vale acrescentar o diálogo com o Movimento da Pedagogia da Alternância, que gerou trocas e ampliação de saberes (Begnami, 2019). A conquista de políticas gerou um conjunto de práticas formativas em diferentes níveis e modalidades de ensino nas escolas de Educação Básica e Superior em diferentes contextos, como áreas de assentamentos, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e atingidos por barragens, para citar alguns. Outra repercussão foi a implantação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo nas universidades com oferta regular (Molina & Hage, 2015).

Esse contexto tem estimulado os psicólogos a apresentar contribuições, notadamente nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, desenvolvidas a partir de 2012 nas instituições de Educação Superior e nos cursos de formação continuada (Molina & Martins, 2019). Essas práticas, por sua vez, repercutiram na produção de conhecimento, resultando em monografias, dissertações, teses, artigos, capítulos de livros e apresentação de trabalhos em eventos. Para este texto, foram realizadas buscas nas bases SciELO e no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), visando identificar trabalhos desenvolvidos com os marcos teóricos da Psicologia. Nessa caminhada, localizou-se um conjunto de pesquisas que anunciam a formulação da perspectiva analítica denominada Representações Sociais em Movimento (RSM) como uma construção derivada do diálogo com as questões e demandas dos sujeitos e do contexto campesino na formação e prática docente.

Contudo, para chegar a esse ponto, considerou-se pertinente trazer uma breve síntese do trabalho desenvolvido por Lourenço Filho (1953) e Helena Antipoff (1992) nas décadas do século XX, por ser relevante registrar que ambos atuavam a partir da inserção no movimento social e tinham em suas práticas a compreensão de que a escola no meio rural deveria estar vinculada a um projeto de campo e de sociedade. Convém ressaltar que, ao sinalizar para a recuperação dessas experiências, pretende-se evidenciar os processos de continuidade e ruptura presentes na história da oferta escolar dos povos campestinos no Brasil. Da mesma forma, apresentou-se um levantamento, ainda que inicial e limitado a artigos publicados em periódicos indexados na plataforma SciELO e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES considerando a correlação entre os descritores “Psicologia

e Educação do Campo” ou “Representação Social<sup>i</sup> e Educação do Campo”.

### **Diálogos entre a Psicologia e a Educação Rural**

Falar de povos do campo, de Psicologia e educação no Brasil exige que se resgate a experiência desenvolvida por Lourenço Filho e Helena Antipoff nos anos iniciais do século XX. Isso porque os dois educadores atuaram de forma decisiva nos rumos das políticas e das práticas educacionais implantadas no meio rural com sua atuação no movimento denominado Ruralismo Pedagógico. Nesse contexto, deixaram um significativo legado para a Psicologia Educacional no país.

Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), com base em sua formação na Escola Normal Primária de São Paulo, fez contato com a ciência psicológica em cursos no Brasil e no exterior. Nessa trajetória, assumiu as cátedras de Psicologia e de Pedagogia na própria instituição onde se formou e, daí por diante, tornou-se um dos principais responsáveis pela implantação de Laboratórios de Psicologia em diferentes regiões do país. Em 1928 criou o Teste ABC, considerado naquele momento histórico um instrumento capaz de ser utilizado em todos os grupos populacionais (Sganderla & Carvalho, 2008). Ainda que

o teste tenha contribuído para classificar e estigmatizar as diferenças de níveis de prontidão, ele é uma marca histórica na Psicologia Educacional brasileira, tendo em vista que seu processo de formulação tinha como referência a realidade brasileira.

Posteriormente, Lourenço Filho surge como membro do grupo de educadores que formulou o Movimento Ruralismo Pedagógico em seus primeiros atos, atuação que possibilitou seu envolvimento com os debates sobre concepção curricular, formação de professores, formas de organização espacial e temporal da gestão pedagógica e administrativa. É significativa sua participação na organização dos congressos de educação rural, no grupo que formulou, demandou e executou a criação das Escolas Normais Rurais (Lourenço Filho, 1953). Naquele momento, assumiu a defesa de uma rede escolar própria que garantisse o acesso ao ensino universal e que valorizasse os conhecimentos gerados pelos sujeitos do campo. Tal posição lhe rendeu a tomada de posição contrária ao grupo que projetava uma escola no meio rural voltada exclusivamente para essa realidade (Antunes-Rocha, 2012).

A educadora Helena Antipoff (1892-1974), por sua vez, chegou ao estado de

Minas Gerais com a missão de organizar o sistema público de ensino. Sua formação acadêmica na Europa havia acontecido nos principais laboratórios vinculados à pesquisa em Psicologia e Educação, como o de Alfred Binet e Édouard Claparède. Com tal experiência, envolveu-se na organização do sistema de ensino mineiro com o olhar centrado nos referenciais da Escola Nova e da Psicologia. Nessa perspectiva, implantou o Laboratório de Psicologia no Instituto de Educação, elaborou o teste Minhas Mãos, construiu a experiência educativa denominada Fazenda do Rosário, o Museu Escolar Rural, o Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural (SOTER) e o Instituto Superior de Educação Rural (ISER). Nesse espaço, desenvolveu práticas de pesquisa, ensino e intervenção, vinculando a Psicologia aos processos de formação continuada de professores e de atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem (Augusto & Rocha, 1994).

A psicóloga e educadora teve uma expressiva contribuição na produção de conhecimentos e práticas relacionadas à formação de professores para atuação nas escolas situadas em contextos rurais. O quarto volume da “Coletânea de Obras Escritas de Helena Antipoff”, intitulado “Educação Rural” (Antipoff, 1992), traz uma síntese dessa produção (1940 a 1970).

Vale ressaltar suas preocupações com as temáticas relacionadas à Educação Ambiental, ao Artesanato e à Música, marcadas pela busca de organizar um currículo com base no contexto rural. Numa análise dos seus textos, observa-se que Helena Antipoff defendia o desenvolvimento de um modelo de educação rural que pudesse contribuir para garantir a inserção da população rural brasileira na sociedade moderna e democrática. Para a autora, o meio rural era um espaço de ensino/aprendizagem que garantia uma educação voltada para o “desabrochar físico e moral da juventude estudantil” (Antipoff, 1992, p. 171). Todavia, essa visão positiva em relação ao meio rural brasileiro não impedia a crítica aos problemas enfrentados por essa parcela da população.

Faltam ali (no meio rural), cada dia mais, meios para suprir a população com teto, água, alimentos, combustível, energia elétrica, transporte, assistência médica e escolar, empregos e meios de ganho honrado (Antipoff, 1992, p. 9).

Urge focalizar a atenção naqueles dois terços da população que no Brasil acham-se quase inteiramente deixados ao seu próprio destino, isso é, o roceiro, o homem do campo, auxiliando-o, com meios modernos, a permanecer ali onde nasceu, ou a fixar-se em climas e terras melhores para a lavoura (Antipoff, 1992, p. 10).



Nesse sentido, Helena Antipoff aponta para o papel que o professor rural poderia ocupar durante o processo de ensino-aprendizagem, considerando-o como um “agente do progresso social”, cabendo a ele “o papel social de edificar formas produtivas e mais equitativas de vida coletiva” (1992, p. 113). Todavia, reconhecia a situação precária das escolas:

Como conhecer, porém, esta escola, perdida nas fazendas, escondida atrás dos morros, sem estradas, sem condução direta, sem pessoas que a visitem? Como ter conhecimento das escolhinhas isoladas, das quais mal chegam notícias de sua existência, através de uma estatística precária e abstrata? (Antipoff, 1992, p. 45).

Lourenço Filho e Helena Antipoff atuaram até a década de 1970, atravessando o período considerado como “campo do silêncio” (Paraíso, 1996) na educação rural brasileira. A partir de 1940, as políticas públicas definiram que os municípios seriam responsáveis pela oferta da educação para a população rural. Com essa orientação, as propostas do Ruralismo Pedagógico perdem vigor no âmbito dos debates nacionais, porém os dois educadores mantiveram seus vínculos com a educação rural. Antipoff concentrou suas ações na Fazenda do Rosário e buscou parcerias com prefeituras para manter o programa de formação continuada de professores. Lourenço Filho manteve o

vínculo com algumas Escolas Normais Rurais já implantadas e persistiu com publicações referentes à formação de professores para atuação no meio rural (Antunes-Rocha, 2012).

Há muitos caminhos para analisar o trabalho dos dois educadores. A opção neste texto é evidenciar que ambos articulavam seus trabalhos como psicólogos no contexto da luta pela implantação de escolas no meio rural. Para tanto, contribuíram na fundação e mobilização do movimento Ruralismo Pedagógico, direcionando suas proposições a um projeto escolar alinhado com um projeto democrático de campo e de sociedade, nos moldes projetados pelos intelectuais progressistas brasileiros no período. Acrescente-se a relação que ambos estabeleceram com a proposta pedagógica denominada de Escola Nova, que, naquele momento, era tida como uma possibilidade de superar as práticas consideradas tradicionais na educação. É possível afirmar que um dos pontos frágeis das propostas elaboradas pelos dois educadores, bem como o próprio Ruralismo Pedagógico, é que elas estavam ancoradas no diálogo com os poderes públicos, mas sem a participação efetiva dos povos camponeses. Assim é que, com as mudanças político-partidárias na gestão do país, ocorreu o enfraquecimento das

ideias e práticas como políticas públicas (Campos, 2012).

A partir de 1970, iniciaram-se as lutas pela abertura política e, com ela, veio o envolvimento dos psicólogos nas ações de educação popular, de mobilização de comunidades e de apoio a grupos envolvidos em lutas por direitos. A emergência da Psicologia Comunitária como área de atuação e campo conceitual e metodológico é, sem dúvida, uma referência para subsidiar os trabalhos (Campos, 2012). Nesse período, não são observadas publicações sobre a atuação da Psicologia na educação rural, mas registra-se uma expressiva produção no que diz respeito às atividades desenvolvidas com grupos de agricultores familiares em diferentes regiões brasileiras (Ximenes & Moura Júnior, 2013). É importante registrar que a criação do Sistema Único de Saúde em meados de 1980 levou os profissionais da Psicologia para pequenos municípios, propiciando um contato mais próximo com as populações camponesas, gerando reflexões sobre temas relacionados à saúde mental (Ribeiro, 2013).

Nesse mesmo período, a emergência dos movimentos sociais e sindicais camponeses impulsionou a presença da Psicologia, com seus diferentes aportes teóricos e metodológicos, em ações

desenvolvidas em organizações governamentais e não governamentais com propostas de atuação vinculadas à preocupação em articular os conhecimentos psicológicos com o projeto de luta emancipatória dos sujeitos. Os livros organizados por Leite e Dimenstein (2013) e Dimenstein et al. (2016) evidenciam um conjunto de trabalhos que abordam temáticas relacionadas às demandas dos povos camponeses no processo de luta pela construção de formas de produção e reprodução da vida de forma sustentável e emancipatória.

Quanto aos referenciais da Psicologia em diálogo com a oferta escolar no contexto camponês, no levantamento da produção bibliográfica identifica-se um expressivo número de trabalhos desenvolvidos com o conceito de Educação Rural, notadamente no período entre 1980 e 2000. Com foco no objetivo deste texto, foram priorizados aqueles em que o termo Educação do Campo aparece, seja no título, no resumo ou nas palavras-chave. Isso porque, em suas lutas pelo direito à educação, esses sujeitos do campo demandam ferramentas para entender e superar as condições materiais e simbólicas que desqualificam suas existências, para compreender como esse processo foi internalizado em suas trajetórias pessoais e coletivas, para lidar com os desafios das

práticas coletivas, incluindo aspectos ligados à liderança, gestão, avaliação, planejamento e avaliação de suas atividades, para citar algumas. Essas demandas direcionam-se em grande parte às áreas de estudos da Psicologia. Desse modo, este estudo tem como meta contribuir com a sistematização, ainda que inicial, do que tem sido produzido, para, assim, provocar reflexões que possam ampliar, fortalecer e qualificar o diálogo entre a Psicologia e a Educação do Campo, compreendida como um movimento vinculado aos sujeitos camponeses.

### **Diálogos entre a Educação do Campo e a Psicologia**

Para se compreender a situação em que se encontra o diálogo entre a Psicologia e o movimento pela Educação do Campo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas revistas indexadas no SciELO e no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, no período compreendido entre 2010 e 2020. Para esse fim, foi utilizado o termo “Educação do Campo”, vinculando-o aos descritores “Psicologia Histórico-cultural” e “Representações Sociais”. A decisão por esses descritores fundamentou-se na constatação de que, numa análise

preliminar, não foram identificados outros referenciais, o que não significa que esses trabalhos não existam, mas somente que não foram acessados.

Na base do SciELO foram identificados 6 artigos, sendo 4 pela vinculação entre “Educação do Campo” e “Psicologia”. No pareamento com “Psicologia Histórico-cultural”, obtivemos um artigo que mencionava explicitamente esse referencial, mas que já havia sido encontrado na pesquisa anterior. Adotando o termo “Representações Sociais”, além de um artigo já encontrado na primeira pesquisa, foram encontrados mais dois, totalizando três artigos. Todos os artigos encontrados foram publicados em revistas de Psicologia, distribuídos da seguinte forma: Revista Psicologia Escolar e Educacional (2), Revista Psicologia e Sociedade (1) e a Fractal - Revista de Psicologia (1). Na pesquisa sobre a Teoria das Representações Sociais e a Educação do Campo, as revistas encontradas foram da área de educação: Revista Brasileira de Educação Especial e Educação em Revista. No Quadro 1 é possível ver a lista de autores, títulos, periódicos e anos de publicação.

Quadro 1 – Lista de artigos publicados em periódicos.

nº	autor(es)	autor/título	revista	ano
1	Azevedo, Alessandro Augusto de	“Trabalhar com os braços e a cabeça para ver o futuro...”: representações sobre educação a partir de trabalhadores rurais assentados da reforma agrária	Educar em Revista	2011
2	Dias, Alesandra Cabreira; Dias, Gilmar Lopes; Chamon, Edna Maria Querido de Oliveira	Representação Social da Educação do Campo para Professores em Formação	Psicologia & Sociedade	2016
3	Palma, Debora Teresa; Carneio, Relma Urel Carbone.	O olhar social da Deficiência Intelectual em Escolas do Campo a Partir dos Conceitos de Identidade e de Diferença	Revista Brasileira de Educação Especial	2018
4	Bezerra, Delma Rosa dos Santos; Silva, Ana Paula Soares da.	Educação do Campo: apropriação pelas professoras de uma escola de assentamento	Psicologia Escolar e Educacional	2018
5	Bauchspiess, Carolina; Pedroza, Regina Lúcia Sucupira	Psicologia e Políticas Educacionais: Estado e o conhecimento nas Pós-Graduações do Distrito Federal (2006-2014)	Psicologia Escolar e Educacional	2020
5	Ramos, Márcia Mara	Educação popular: instrumento de formação, luta e resistência no projeto educativo do MST	Fractal: Revista de Psicologia	2020

Fonte: Base SciELO.

Dois dos artigos apresentados destacam-se por representarem esse movimento da Psicologia em relação à temática da Educação do Campo. Pode-se dizer que ambos se propõem a compreender como a Educação do Campo era apreendida por docentes e futuros docentes.

O artigo de Bezerra e Silva (2018) aborda a perspectiva de professoras em assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acerca dos limites para a apropriação das políticas da educação, tendo como referencial a Psicologia Histórico-cultural, partindo dos sentidos e significados produzidos por essas professoras sobre a Educação do Campo, sendo realizadas observações de

campo e entrevistas semiestruturadas. Foram identificados como principais limites reconhecidos pelas docentes a orientação de seus trabalhos na perspectiva da Educação do Campo, a relação com gestores educacionais, a relação com o projeto político-pedagógico e o currículo, além das práticas pedagógicas. O artigo estabelece um diálogo entre autores referenciais em Educação do Campo e autores da Psicologia Histórico-cultural, atribuindo centralidade à Educação do Campo como área de atuação e campo de conhecimento em sua pesquisa.

O artigo de Dias et al. (2017) estuda as representações sociais sobre a Educação do Campo em docentes que cursavam uma Licenciatura em Educação do Campo.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, analisadas com o auxílio de um *software* para a construção das principais classes de discurso. A análise dos dados foi baseada na Teoria das Representações Sociais. O artigo tem a Educação do Campo como principal objeto de estudo, utilizando seus referenciais como matrizes para a compreensão dos dados, e a Teoria das Representações Sociais, como instrumental analítico.

No levantamento feito no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES com os descritores “Educação do Campo” e “Abordagem Histórico-cultural” foram identificadas 18 produções, sendo 13 dissertações e 5 teses. Vinculando o termo “Representações Sociais”, consta naquele banco de dados um total de 35 produções, das quais 28 dissertações e 7 teses. Utilizando o termo “Psicologia”, encontramos 30 produções, sendo 20 dissertações e 10 teses. Excluindo os trabalhos duplicados, obteve-se um total de 76 produções, com 57 dissertações e 19 teses. Em termos de instituições de educação superior, a maioria dos trabalhos foi desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Fundação Oswaldo Cruz.

Em termos de referenciais teóricos, ressalta-se a predominância da Abordagem Histórico-cultural e da Teoria das Representações Sociais, consideradas referenciais de uma perspectiva crítica da Psicologia. Observa-se também a presença da perspectiva analítica das Representações Sociais em Movimento (RSM), que se coloca como uma construção derivada das questões e demandas colocadas pelos sujeitos camponeses em suas lutas pela Educação do Campo. A partir do levantamento, considerou-se como pertinente abrir um tópico específico para apresentar o referencial das RSM com maior detalhamento.

### **Representações Sociais em Movimento (RSM): construindo referenciais a partir da experiência com os sujeitos camponeses**

O termo RSM foi criado a partir das reflexões em torno dos questionamentos a respeito da oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECampo), dos cursos de formação continuada para docentes das escolas públicas e das pesquisas desenvolvidas na perspectiva da Educação do Campo que podiam ser trabalhadas do ponto de vista da Teoria das

Representações Sociais (Moscovici, 1978). A construção da perspectiva analítica inicia-se com pesquisas realizadas entre 1995 e 2004 com professores atuantes em escolas que atendiam à população campestre em áreas de agricultura familiar tradicional e em assentamentos (Rocha, 1995, Rocha & Soares, 2002). Desde então, foi desenvolvido um conjunto de pesquisas cujo resultado, após sistematização, viabilizou a elaboração do termo RSM. Em 2018, as reflexões até então obtidas significaram, segundo Jodelet (2018), a emergência de uma nova abordagem no âmbito da Teoria das Representações Sociais.

O histórico de construção da abordagem das RSM registra que as primeiras reflexões sobre o assunto emergiram da identificação, na estrutura representacional dos docentes, de uma desqualificação do modo de vida campestre pautada em dois eixos. Ora os professores depreciavam, ora idealizavam os modos de vida e/ou a capacidade de aprender da população campestre. Em estudos com professores que atuavam em assentamentos, os pesquisadores identificaram a desqualificação presente no momento inicial do trabalho. Ao longo da experiência, alguns professores tinham realizado movimentos visando modificar suas representações e outros, mesmo com

um tempo considerável de trabalho, mantinham os conteúdos desqualificadores (Antunes-Rocha, 2012).

O diálogo com a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1978) possibilitou o encontro com o conceito de “não familiar”. Nesse contexto, o autor observava as representações sociais desqualificadoras como “coisas que não são classificadas e que não possuem nome, são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” Moscovici (1978, p. 61). Seguindo a orientação de Moscovici (1978, p. 59), de que, “ao se estudar uma representação, nós devemos sempre tentar descobrir a característica não familiar que a motivou”, buscou-se o que seria não familiar aos alunos e que provocou a matriz desqualificadora das representações docentes.

Com essa chave analítica, os pesquisadores perceberam que os professores, no momento da entrevista, trilhavam três caminhos: havia os que mantinham suas formas de pensar sobre o não direito dos alunos a terem terras; os que iniciavam uma reflexão sobre a legitimidade dessa assertiva; e os que já tinham superado essa perspectiva. Os resultados também indicaram que os professores que não haviam alterado sua representação movimentaram-se em busca

de outros conhecimentos e de trabalho para organizar argumentos. Assim, nasce a ideia de que as representações sociais se movimentavam, ainda que as movimentações fossem para permanecer como antes diante dos desafios que as novas situações provocavam.

A partir de 2010, outros pesquisadores se interessaram pelas representações sociais em movimento e desenvolveram seus trabalhos em dois cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em Escolas Família Agrícola e em escolas públicas da Educação Básica. Até 2020, entre monografias, dissertações,

teses, pesquisas de pós-doutorado e profissionais, registra-se a produção de 19 pesquisas (Quadro 2). Esses estudos possibilitaram a compreensão dos desafios vivenciados pelos estudantes que ingressavam na Educação Superior para se tornarem docentes camponeses, bem como os docentes que já estavam atuando para se apropriarem da matriz de referência da Educação do Campo em seus princípios, conceitos e práticas.

Quadro 2 – Teses e dissertações concluídas na perspectiva das RSM.

nº	nome	modalidade	título	ano de conclusão
1	Lucimar Vieira Aquino	Mestrado Acadêmico	Representações sociais de educandas e educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a leitura de textos acadêmicos	2013
2	Luciane de Souza Diniz	Mestrado Acadêmico	Representações sociais sobre a Educação do Campo construídas por educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo	2013
3	Cristiene Adriana da Silva Carvalho	Mestrado Acadêmico	Representações sociais sobre as práticas artísticas dos educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo	2015
4	Roberto Telau	Mestrado Acadêmico	O processo de ensino/aprendizagem na Pedagogia da Alternância dos CEFFAs: um estudo na perspectiva das representações sociais dos educadores	2015
5	Alessandra de Jesus Meira Leão	Mestrado Profissional	Professores e Educação do Campo do Município de Francisco Sá/MG: um estudo na perspectiva da Teoria das Representações Sociais	2016
6	Ellen Vieira Santos	Mestrado Profissional	Educação do Campo e Políticas Públicas: experiências, vivências e intervenções do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	2016
7	Luiz Paulo Ribeiro	Doutorado Regular	Representações sociais sobre a violência: um estudo com educandos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo	2016
8	Naiane Dias Nunes	Mestrado Profissional	Representações sociais dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre o movimento sindical.	2017
10	Cristiene Adriana da Silva Carvalho	Doutorado Regular	Representações sociais sobre as práticas artísticas: um estudo sobre a prática docente	2017
11	Welessandra Aparecida Benfica	Doutorado Regular	A escrita de educandos(as) em formação para atuação nas escolas do campo na perspectiva das	2017

			representações sociais	
12	Elisabeth Moreira Gomes Barroso	Doutorado Regular	A escrita na formação de educadores do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais	2018
13	Luiz Paulo Ribeiro	Pós-Doutorado	Identidade e representações sociais: evidências e correlações a partir de pesquisas da área da educação	2018
14	Alexandre Fraga de Araújo	Doutorado Latino-Americano	As representações sociais do uso de tecnologias por educadores de escolas de Pedagogia da Alternância do Brasil e Argentina.	2020
15	Érica Fernanda Justino	Doutorado Latino-Americano	Representações sociais de professores que atuam no contexto campesino sobre as práticas educativas: um estudo comparado Brasil/Peru	2017
17	Leonardo de Miranda Siqueira	Doutorado Regular	Representações sociais acerca da construção do conhecimento agroecológico nas Escolas Família Agrícola do noroeste do estado do Espírito Santo	2018
18	Adriane Cristina de Melo Hunzicker	Mestrado Profissional	Representações sociais de professores da Escola de Bento Rodrigues, Mariana	2019
19	Maria Isabel Antunes-Rocha e Marcelo Loures dos Santos	Profissional	Impactos do rompimento da Barragem de Fundão na identidade das escolas do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais	2020

Fonte: Acervo dos autores.

Analisando os temas, sujeitos, contextos e o perfil dos autores, observa-se que a maioria dos trabalhos foi desenvolvida nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Minas Gerais (discentes e egressos). Em seguida, aparecem os sujeitos atuantes em Escolas Família Agrícola no Brasil, Peru e Argentina, um trabalho realizado na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e os demais realizados com egressos do curso de formação continuada Escola da Terra. Vale ressaltar que duas pesquisas foram desenvolvidas com docentes das escolas que foram atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Entre os autores, encontram-se egressos e discentes da Licenciatura em Educação do Campo e professores da Educação Básica.

Para esta exposição, foram selecionadas uma dissertação e uma tese desenvolvidas com estudantes da LECampo (Carvalho, 2015, Benfica, 2017). O debate inicial concentrou-se na identificação dos desafios vivenciados para que eles se tornassem estudantes de uma universidade. Em trabalhos anteriores (Aquino, 2013), já havia a sinalização de dúvidas sobre os tensionamentos entre os saberes de suas experiências, no sentido de que pudessem ser desvalorizados pelo conhecimento científico, o receio de que o ingresso na universidade pudesse contribuir para questionarem suas identidades como camponeses e o desafio de tomarem a Educação do Campo como matriz de referência para a prática como docentes. Essas eram questões presentes nas formas de pensar, sentir e agir dos estudantes.



A pesquisa de Carvalho (2015) se concentrou no tensionamento presente nas práticas artísticas em suas manifestações eruditas e populares, compreendido como elemento para pensar a formação dos professores do campo. A trajetória metodológica permitiu acompanhar os estudantes na chegada ao curso e durante o processo formativo, priorizando o estágio e a elaboração da monografia no momento da entrevista. A hipótese que orientou a pesquisa propunha que os sujeitos do campo adentravam a Licenciatura em Educação do Campo com suas práticas artísticas ancoradas em referências populares. Nos resultados, a autora cotejou as representações sociais sobre as artes de quando os estudantes ingressaram no curso e as representações sociais expressas no projeto de estágio.

Carvalho (2015) identificou inicialmente dois grupos. O primeiro era composto pelos estudantes que mantiveram suas representações. Quando eles entraram no curso, demonstraram ter uma compreensão da arte como erudita ou popular, e nas práticas desenvolvidas em sala de aula apresentaram atividades que indicavam uma manutenção da forma de pensar, sentir e agir sobre a arte. O segundo grupo apresentava movimentos diferenciados: alguns estavam no grupo que compartilhava a compreensão da arte

como erudita, alterando posteriormente para popular, outros compreendiam a arte como popular e alteraram para erudita, e havia aqueles que, mesmo apresentando pontos de partida diferenciados, estavam caminhando no sentido da articulação entre o erudito e o popular.

A tese de Benfica (2017) mostra a relevância dos saberes prévios vinculados à trajetória pessoal e social dos sujeitos como fatores essenciais na movimentação das representações. A autora abordou as representações sociais da escrita dos estudantes da LeCampo ao problematizar pontos de tensão que dizem respeito ao encontro, no processo formativo, entre as representações de escrita que os sujeitos trazem de suas experiências escolares e do cotidiano e a escrita com a qual se deparam ao entrar na universidade. Para a pesquisadora, a escrita é algo que marca os processos de escolarização dos sujeitos, tendo relação com a constituição do poder dentro da sociedade, e esse grupo de estudantes em formação estando em processo de luta para ocupar espaços em que os trânsitos das formas de escrita revelam-se promissores. Conforme lembra Benfica (2017, p. 9), “esses sujeitos estão localizados historicamente dentro de um contexto de produção da escrita permeado por práticas que emergem das suas relações de trabalho, escolares e de luta.

Escreve-se na Igreja, no sindicato, em casa e na universidade”.

O trabalho de Benfica (2017) foi relevante para a discussão sobre o que Moscovici denomina de tensão entre o universo consensual e o universo científico:

Mas a crise pior acontece quando as tensões entre universos reificados e consensuais criam uma ruptura entre a linguagem dos conceitos e a das representações, entre o conhecimento científico e o popular. É como se a própria sociedade se rompesse e não houvesse uma maneira de preencher o vazio entre os dois universos. Essas tensões podem ser o resultado de novas descobertas, novas concepções, sua popularização na linguagem do dia a dia e na consciência coletiva (Moscovici, 2010, p. 91 citado por Benfica, 2017).

Na investigação de Benfica (2017, p. 125), a entrevistada Beatriz narra sua trajetória em busca de um caminho para dialogar com sua experiência e saberes prévios sobre a escrita e com os conhecimentos adquiridos na universidade.

Eu quero escrever um livro, eu não quero escrever um livro na norma padrão, com aquelas palavras cultas não. Eu quero fazer um livro, mas eu quero assim com minhas palavras, sabe? Uns livros tipo... assim, eu gostei de uns poemas de Ariano Suassuna, né? É assim, né, que chama? Eu gostei. Eu estava lendo uns hoje também de Guimarães Rosa, que é um pouco confuso, mas é daquele tipo que eu quero, tipo assim, eu não quero que tira minha identidade, eu quero colocar lá o que

eu sou do meu jeito, da minha fala (Beatriz) (Benfica, 2017, p. 125).

Nesse trecho da narrativa de Beatriz, encontramos um dos caminhos encontrados pelos sujeitos do curso de Licenciatura em Educação do Campo para lidar com os desafios advindos do encontro entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos do universo campesino.

Numa análise ainda preliminar do processo de construção da delimitação conceitual e metodológica, bem como da validação da comunidade acadêmica da abordagem das RSM, observa-se uma consistente produção que se expressa, além das teses e dissertações, em publicação de livros, artigos e apresentações em eventos (Antunes-Rocha, 2012; Ribeiro, 2017; Carvalho, 2015, Antunes-Rocha & Ribeiro, 2018). Outro ponto diz respeito ao uso da abordagem para pesquisas em outros contextos (Amorim-Silva, 2016). O mais relevante é que os trabalhos desenvolvidos deixam claro que as questões que impulsionam as reflexões estão ancoradas nas práticas de luta, resistências e conquistas dos povos camponeses.

Nesse sentido, os sujeitos e o contexto camponês tornam-se campo fértil para a geração de teorias que dialogam com suas demandas. Possivelmente não se trata de referenciais construídos para, mas

sim com o protagonismo autoral dos camponeses e dos seus contextos.

### **Para continuar a conversa**

O objetivo deste trabalho consistiu em identificar e discutir os referenciais teóricos produzidos no âmbito da Psicologia que têm sido utilizados na Educação do Campo, centrando a análise nos trabalhos que estão sendo produzidos na perspectiva das Representações Sociais em Movimento (RSM). Para isso, foi necessário levar em consideração que já havia um trabalho desenvolvido no início do século XX por psicólogos que participaram de um movimento de luta pela oferta da educação escolar no contexto camponês. Daí a necessidade de trazer essa experiência, ainda que em linhas gerais, por se considerar relevante registrar que os referenciais psicológicos estão presentes na construção inicial do projeto de Educação Rural no país. É importante evidenciar que Helena Antipoff e Lourenço Filho não aplicaram as teorias com as quais tiveram contato na Europa e nos Estados Unidos diretamente sobre a realidade brasileira, mas fizeram um trabalho de reelaboração e, em várias ocasiões, de criação de novos referenciais e instrumentos (Campos, 2018).

Uma das maiores lições dessa experiência diz respeito à participação dos

povos camponeses no processo de elaboração, gestão e de apropriação das ideias e práticas desenvolvidas. Helena Antipoff e Lourenço Filho tinham vínculos com escolas para formação de professores, inclusive como fundadores de institutos e laboratórios de Psicologia, mas seus projetos ancoravam-se somente na gestão pública de âmbito estadual e/ou nacional. No processo de transferência para os municípios da responsabilidade sobre a Educação Rural, observa-se o enfraquecimento paulatino das propostas de ambos como referências nas políticas educacionais de âmbito nacional e estadual.

Assim é que o silêncio político e acadêmico sobre a Educação Rural repercute nas produções na área da Psicologia. A emergência de novos estudos surge com a mobilização realizada pelos movimentos sociais em luta pela terra no final da década de 1990. Daí por diante, é possível ver uma crescente participação, identificada a partir da publicação de artigos, dos referenciais da Psicologia nas questões que dizem respeito aos desafios e possibilidades da construção da Educação do Campo como movimento de luta, de práticas e de conquistas de políticas públicas.

A produção registrada por meio de artigos, dissertações e teses sinaliza para

uma presença crescente da Psicologia, com seus referenciais teóricos de uma perspectiva crítica, no contexto das lutas e das conquistas do povo camponês, no que diz respeito ao seu direito à educação. Certamente outros referenciais teóricos podem estar presentes na produção que dialoga com a Psicologia, notadamente os que abordam temáticas como educação especial, dificuldades de aprendizagem, relações família – escola, relações professor – aluno e identidade, para citar algumas. Como a intenção deste texto é focalizar o diálogo com os referenciais teóricos, entendemos que este é um caminho que pode ser explorado.

Nesse contexto é que se pode identificar a emergência da construção da perspectiva das RSM. O que esse referencial anuncia é que sua elaboração emerge da Teoria das Representações Sociais, mas as questões e demandas levantadas pelos povos camponeses impulsionaram a revisão e indicação de um aporte teórico capaz de contribuir para a identificação dos desafios, indicando também as possibilidades para fortalecer, ampliar e consolidar as conquistas. Aqui vale ressaltar a presença dos sujeitos camponeses como autores do processo criativo: egressos e docentes dos Centros Familiares de Formação por Alternância, de escolas públicas e da Educação

Superior, a maioria deles atuando como autores de dissertações e teses. Sendo assim, esses sujeitos estão protagonizando e apropriando-se de conhecimentos que certamente contribuirão para o enraizamento de suas conquistas como bem coletivo, como ferramenta de luta e como referência para ampliar e fortalecer seus modos de produção e reprodução da vida numa perspectiva emancipatória.

Num primeiro momento, é possível apreender que os sujeitos do campo e suas lutas pelo direito à educação criaram condições para a emergência de novas teorias, ou seja, de conceitos e metodologias elaboradas para responder às suas questões e demandas vinculadas à construção de formas de produzir e reproduzir suas existências de forma digna e sustentável. Sem sombra de dúvidas, foram os sujeitos camponeses e seus contextos de vida que interrogaram as teorias psicológicas sobre os limites e possibilidades de articulação, escuta e apropriação às suas demandas na área da educação escolar.

## Referências

Amorim-Silva, K. (2016). *Educar em prisões: um estudo na perspectiva das representações sociais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9WHRQ>

Antipoff, H. (1992). Educação rural. In Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. *Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff* (v. 4). Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

Antunes-Rocha, M. I. (2012). *Da cor da terra: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

<https://doi.org/10.7476/9788542303193>

Antunes-Rocha, M. I., & Ribeiro, L. P. (Orgs.). (2018). *Representações sociais em movimento: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança*. Curitiba: Appris Editora.

Aquino, L. V. (2013). *Representações sociais de educandas e educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a leitura de textos acadêmicos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9F5FLG/1/disserta\\_o\\_revisada\\_para\\_entrega.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9F5FLG/1/disserta_o_revisada_para_entrega.pdf)

Augusto, R. C., & Rocha, M. I. A. (1994). O significado da experiência do ISER no contexto da educação rural no Brasil. *Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff*, 14(12), 27-33.

Begnami, J. B. (2019). *Formação por Alternância na Licenciatura em Educação do Campo: possibilidades e limites do diálogo com a Pedagogia da Alternância* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32692/1/Tese\\_Jo%C3%A3o\\_B\\_Begnami\\_FINAL.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32692/1/Tese_Jo%C3%A3o_B_Begnami_FINAL.pdf)

Benfica, W. A. (2017). *A escrita de educandos(as) em formação para atuação nas escolas do campo na perspectiva das representações sociais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado de

[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AP9NQF/1/tese\\_final\\_welessandra\\_bibliotecafae.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AP9NQF/1/tese_final_welessandra_bibliotecafae.pdf)

Bezerra, D. R. S., & Silva, A. P. S. (2018), Educação do Campo: apropriação pelas professoras de uma escola de assentamento. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(3), 467-475. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018032108>

Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2002). A psicologia ou as psicologias. In Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (Orgs.). *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia* (pp. 15-32). São Paulo: Saraiva.

Campos, R. H. F. (2012). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (17a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Campos, R. H. F. (2018). O acervo Helena Antipoff como laboratório de pesquisa sobre a história das Ciências da Educação. *Educar em Revista*, 34(71), 83-101. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62648>

Carvalho, C. A. S. (2015). *Práticas artísticas dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo: um estudo na perspectiva das representações sociais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

*Decreto-Lei nº 8.529*. (1946, 2 de janeiro). Estabelece as diretrizes para a Lei Orgânica do Ensino Primário. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decl>

[i/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1](https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170046)

Dias, G. L., Dias, A. C., & Chamon, E. M. Q. O. (2017). Representações sociais da docência e a escolha da profissão: um estudo com licenciandos de Santarém/PA. *Revista Educação & Cultura Contemporânea*, 14(37), 184-212. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170046>

Dimenstein, M., Leite, J., Macedo, J. P., & Dantas, C. (Orgs.). (2016). *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios.

Jodelet, D. (2018). Représentations en mouvement. In Antunes-Rocha, M. I., & Ribeiro, L. P. (Orgs.). *Representações sociais em movimento: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança* (pp. 206-209). Curitiba: Editora Appris.

Kolling, E. J., Nery F. S. C., & Molina, M. C. (Orgs.). (1999). *Por uma educação básica do campo*. São Paulo: Perez. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, 1).

Leite, J. F., & Dimenstein, M. (Orgs.). (2013). *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRRN.

Lourenço, M. B. Filho (1953) Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 20(52), 61-104.

Molina, M. C., & Hage, S. M. (2015). Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. *Revista Educação em Questão*, 51(37), 121-146. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7174>

Molina, M. C., & Martins, M. F. A. (Orgs.). (2019). *Formação de formadores:*

*reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

Molina, M. C., Antunes-Rocha, M. I., & Martins, M. F. A. (2019). A produção do conhecimento na Licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da Educação do Campo. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240051. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240051>

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.

Paraíso, M. A. (1996). Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente. *Educação & Realidade*, 21(1), 137-157. Recuperado de <https://seer.ufg.br/educacaoerealidade/article/view/71650/40640>

Ribeiro, L. P. (2013). *Espaços rurais e promoção de saúde: um estudo sobre as representações sociais sobre saúde e adoecimento para trabalhadores rurais participantes da agricultura familiar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ribeiro, L. P. (2017). *O campo, a violência e a Educação do Campo: representações sociais de educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo sobre a violência*. Rio de Janeiro: Gramma.

Rocha, M. I. A. (1995). *Representações sociais de professoras sobre a relação professor-aluno em sala de aula* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Rocha, M. I. A., & Soares, M. R. (2002). Escola e migração: o que dizem os professores? *Revista de Ciências*

*Humanas*, 1(6), 343-352.  
<https://doi.org/10.5007/%25x>

Sganderla, A. P., & Carvalho, D. C. (2008). Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. *Revista Psicologia da Educação*, (26), 173-190. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752008000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000100010&lng=pt&tlng=pt)

Ximenes, V. M., & Moura Jr., J. F. (2013). Psicologia comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In Leite, J. F., & Dimenstein, M. (Orgs.). *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 453-476). Natal: EDUFRN.

<sup>i</sup> Com variação para “Representações Sociais”.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 31/03/2021  
Aprovado em: 04/05/2021  
Publicado em: 12/07/2021

Received on March 31th, 2021  
Accepted on May 04th, 2021  
Published on July, 12th, 2021

**Contribuições no Artigo:** Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

No funding.

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA  
Antunes-Rocha, M. I., & Santos, M. L. (2021). Educação do Campo e Psicologia: possibilidades e limites de diálogos comprometidos com a luta por direitos. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e11863.  
<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11863>

ABNT  
ANTUNES-ROCHA, M. I.; SANTOS, M. L. Educação do Campo e Psicologia: possibilidades e limites de diálogos comprometidos com a luta por direitos. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e11863, 2021.  
<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11863>